

Environmental Justice Council

(Conselho de Justiça Ambiental)

Reunião nº 20 • 12 junho 2025 • 18:30



LOGÍSTICA

- A interpretação de idiomas está sendo oferecida em: Español, Kreyòl ayisyen, 普通话, Português, Tiếng Việt e Linguagem de Sinais Americana (ASL)
 - To participate in English, click the “Interpretation” icon and select English.
 - Para entrar no canal em português, clique no ícone “Interpretation” e selecione “Portuguese”
 - Si alguien desea interpretación en español, haga clic en “Interpretation” y seleccione “Spanish”
 - Pou rantrè nan chanèl kreyòl ayisyen an, klike sou ikòn “Interpretation” an epi chwazi “Haitian Creole”
 - 要以普通话参加会议，请单击口语图标并选择 “Chinese”。
 - Để vào kênh bằng tiếng Việt, hãy nhấp vào biểu tượng “Interpretation” và chọn “Vietnamese”.

- Por favor fale devagar.
- Todos os participantes devem selecionar um canal de idioma, mesmo que estejam assistindo à apresentação em inglês.



- Se desejar uma versão traduzida dos slides, acesse o site do EJC em: <https://www.mass.gov/service-details/environmental-justice-council-ejc-meetings>

ESTA REUNIÃO ESTÁ SENDO GRAVADA



Environmental Justice Council

(Conselho de Justiça Ambiental)

Reunião n° 20

Quinta-feira, 12 junho 2025, 18:30

Local ao vivo: Pittsfield, MA

Berkshire Innovation Center

45 Woodlawn Ave, Pittsfield, MA 01201



Logística e Agenda

Logística

➔ A interpretação de idiomas está sendo oferecida em: Español, Kreyòl ayisyen, 普通话, Português, Tiếng Việt e Linguagem de Sinais Americana (ASL)

- To participate in English, click the “Interpretation” icon and select English.
- Para entrar no canal em português, clique no ícone “Interpretation” e selecione “Portuguese”
- Si alguien desea interpretación en español, haga clic en “Interpretation” y seleccione “Spanish”
- Pou rantrè nan chanèl kreyòl ayisyen an, klike sou ikòn “Interpretation” an epi chwazi “Haitian Creole”
- 要以普通话参加会议，请单击口语图标并选择 “Chinese”.
- Để vào kênh bằng tiếng Việt, hãy nhấp vào biểu tượng “Interpretation” và chọn “Vietnamese”.

➔ **Por favor fale devagar**

➔ Todos os participantes devem selecionar um canal de idioma, mesmo que estejam assistindo à apresentação em inglês.



➔ Para uma versão traduzida dos slides, acesse o site do EJC em: <https://www.mass.gov/service-details/environmental-justice-council-ejc-meetings>

- ➔ Todas as linhas serão silenciadas durante as apresentações.
- ➔ A linha estará aberta para comentários após as apresentações.
- ➔ Se tiver alguma dúvida ou algum problema logístico ou técnico durante as apresentações, digite-a na caixa de perguntas e respostas.



➔ Entre em contato com o líder do webinar do ERG **Kecil John** at meetings@erg.com com quaisquer problemas ou dúvidas técnicas.



ESTA REUNIÃO ESTÁ SENDO GRAVADA

Agenda

	<u>Horário aproximado</u>
▪ Visão geral da reunião, logística e agenda	18:30
▪ Chamada de presenças e aprovação da ata da reunião anterior do EJC	18:35
▪ Perguntas e comentários do público	18:40
▪ Análise de Impacto Cumulativo e Plano de Benefícios Comunitários	18:50
▪ Perguntas e comentários do público	19:50
▪ Respostas aos comentários (quando apropriado)	(se o tempo permitir)
▪ Próximos passos e adiamento	20:00

Aprovação da Ata da Reunião e Chamada de 13 de março de 2025: Membros do Conselho de EJ

- Kalila Barnett
- Madeline Fraser Cook
- Melissa Harding-Ferretti
- Cheryll Holley
- Caroline Hon
- Lydia Lowe
- Marcos Luna
- Peter Maathey
- María Belén Power
- Sofia Owen
- Jen Salinetti
- Patricia Spence
- Ari Zorn
- Miles Gresham

Comentários e perguntas do público

Limite cada comentário a dois minutos para dar tempo para que os outros falem

Análise de Impacto Cumulativo e Plano de Benefícios Comunitários



Commonwealth of Massachusetts

**Executive Office of
Energy and Environmental Affairs**

Reunião do Conselho de JA nº 20

12 de junho de 2025, Berkshire Innovation Center

Reunião híbrida



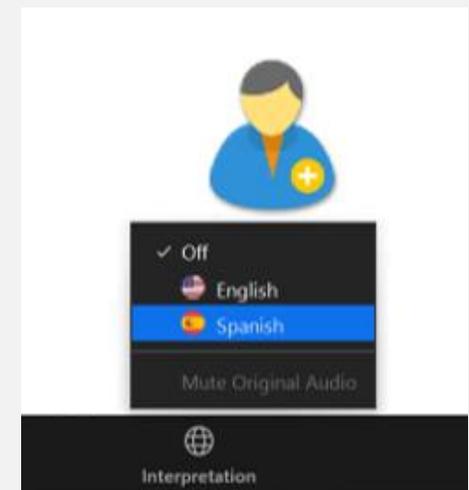
Logística de interpretação

⇒ Interpretação de idiomas é oferecida em: Español, Português, Kreyòl ayisyen, Kriolu, Tiếng Việt, 普通话, عربي,, русский, ខ្មែរ, 한국어, français, and American Sign Language (ASL).

- To participate in English, click the “Interpretation” icon and select English.
- Para entrar no canal em português, clique no ícone “Interpretation” e selecione “Portuguese”.
- Si alguien desea interpretación en español, haga clic en “Interpretation” y seleccione “Spanish”.
- Pou rantre nan chanèl kreyòl ayisyen an, klike sou ikòn “Interpretation” an epi chwazi “Haitian Creole”.
- Pa partisipa na Kriolu, klika na íkone “Intirpretason” y silisiona “Cape Verdean Kriolu”.
- 要以普通话参加会议，请单击口语图标并选择 “Chinese”.
- Để vào kênh bằng tiếng Việt, hãy nhấp vào biểu tượng “Interpretation” và chọn “Vietnamese”.
- “Arabic” تم اختر "الترجمة الفورية للمشاركة باللغة العربية اضغط على أيقونة
- Чтобы принять участие на Русский языке, нажмите на ярлык «Устный перевод» и выберите “Russian”.
- ដើម្បីចូលរួមជាភាសាខ្មែរ សូមចុច រូបតំណាងការបកស្រាយ ហើយជ្រើសរើសភាសា”Khmer”។
- 한국어로 참여하려면 "통역" 아이콘을 클릭하고 “Korean”를 선택하세요.
- Pour participer en français, cliquez sur l’icône « Interprétation » puis choisissez « French ».

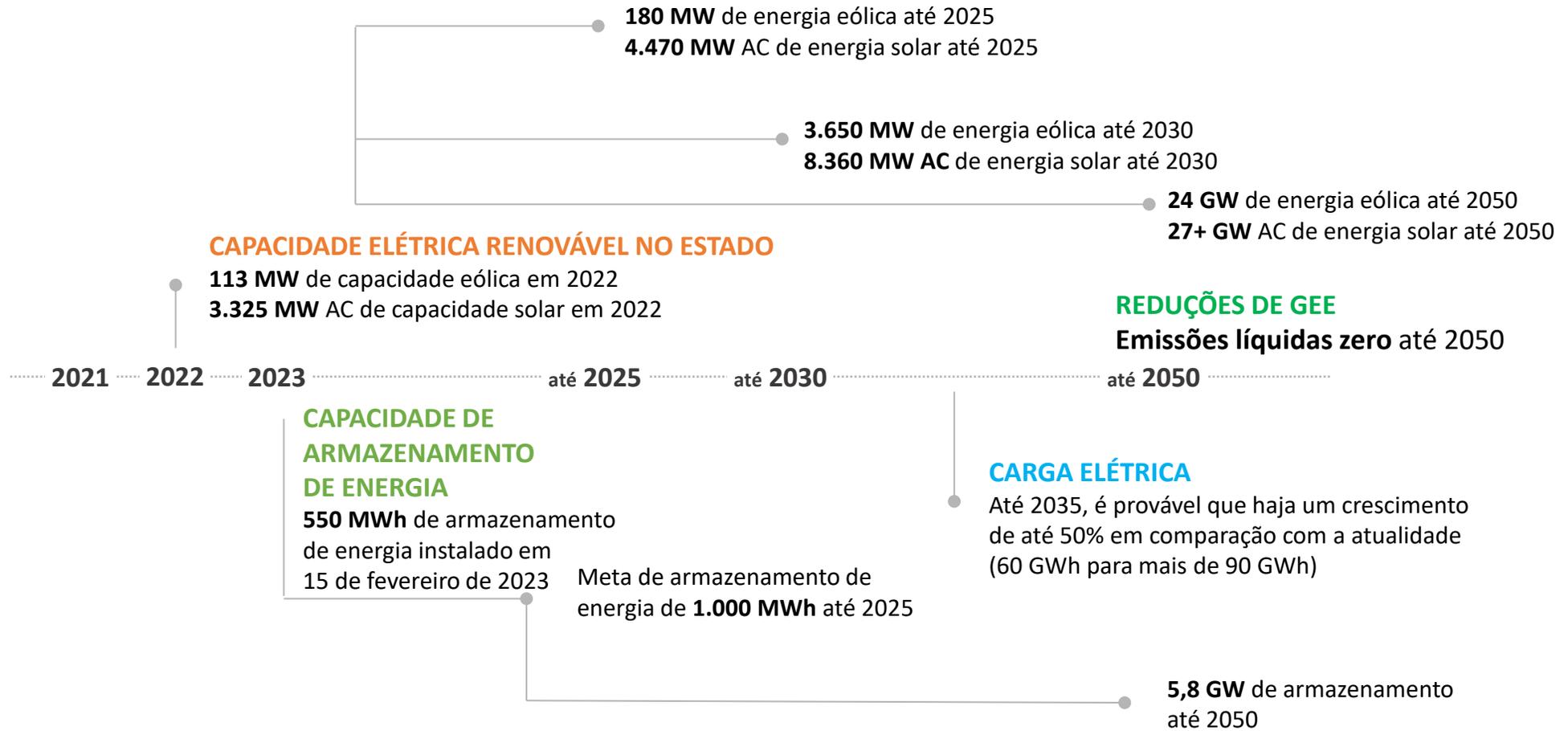
⇒ Por favor, fale devagar.

⇒ Todos os participantes devem selecionar um canal de idioma, mesmo que visualizem a apresentação em inglês.





Necessidades de energia limpa de Massachusetts





Desafios com os processos de licenciamento existentes

- Os processos de licenciamento são demorados, imprevisíveis e, às vezes, duplicados.
 - Os prazos variam significativamente e alguns projetos levaram até uma década para serem concluídos.
 - Historicamente, o Conselho de Implantação de Instalações de Energia (Energy Facilities Siting Board - EFSB) leva de um a quatro anos para emitir a aprovação para a construção, sendo que depois disso o projeto ainda precisa obter todas as licenças estaduais e locais individualmente.
- As oportunidades de apelação de cada licença separada podem causar anos de atrasos.
- As comunidades sentem que, muitas vezes, não têm informações suficientes ou impactantes sobre a implantação de projetos de infraestrutura de grande porte.
- As comunidades podem não ter os recursos necessários para se envolver totalmente nos processos de licenciamento.
- **Massachusetts não atingirá nossos limites de redução de GEE sem reformas.**

Comissão sobre Implantação e Licenciamento de Infraestruturas de Energia



- A Comissão foi criada pelo [Decreto Executivo 620](#)
- Deve aconselhar o Governador sobre:
 - 1. acelerar a implantação responsável de infraestrutura de energia limpa por meio da reforma da implantação e do licenciamento** em conformidade com os requisitos legais aplicáveis e com o Plano Climático e de Energia Limpa;
 - 2. facilitar a contribuição da comunidade** para a implantação e o licenciamento de infraestruturas de energia limpa; e
 - 3. garantir que os benefícios da transição para a energia limpa sejam compartilhados de forma equitativa** entre todos os residentes do estado de Massachusetts
- Duas sessões de discussão públicas realizadas e mais de 1.500 comentários públicos recebidos.
- Recomendações enviadas à governadora Healey em 29 de março de 2024.
- As recomendações da Comissão foram, em grande parte, transformadas em lei por meio da Lei Climática de 2024 (*Lei de promoção de uma rede de energia limpa, promoção da equidade e proteção dos contribuintes*), sancionada pela governadora Healey em novembro de 2024.

Licenciamento estadual consolidado

- Todas as licenças estaduais, regionais e locais para instalações de infraestrutura de energia limpa de grande porte combinadas em **uma única licença consolidada** emitida pelo EFSB.
- Todas as agências estaduais e locais que, de outra forma, teriam uma função de licenciamento podem **intervir e participar automaticamente**, emitindo declarações de condições de licenciamento recomendadas.
- Todos os projetos devem apresentar uma análise de impacto cumulativo como parte da solicitação ao EFSB.
- A decisão sobre a licença deve ser emitida em **menos de 15 meses** a partir da determinação de que a solicitação está completa.
- As decisões do EFSB podem ser apeladas diretamente ao Supremo Tribunal de Justiça



- Aplica-se a instalações de geração >25 MW, instalações de armazenamento >100 MWh, infraestrutura relacionada à energia eólica offshore e novos projetos de transmissão de grande porte

Licenciamento local consolidado

- Os governos locais (municípios e comissões regionais, como as Comissões de Cape Cod e Martha's Vineyard) **mantêm todos os poderes de licenciamento para projetos não sujeitos à análise do EFSB.**
 - Os governos locais **podem continuar a realizar processos de aprovação separados** simultaneamente (por exemplo, áreas úmidas, zoneamento etc.), mas são obrigados a **emitir uma única licença** que inclua aprovações individuais para infraestrutura de energia limpa.
 - A decisão de licenciamento deve ser emitida **em até 12 meses.**
 - Os governos locais podem encaminhar a análise do licenciamento diretamente para o EFSB se não tiverem recursos suficientes.
 - As solicitações de licença também podem ser analisadas pelo EFSB após a decisão final de um governo local, se a análise for solicitada por partes que possam demonstrar que foram substancial e especificamente afetadas pela decisão e, em seguida, apelada diretamente para o Supremo Tribunal de Justiça
 - O DOER é responsável pela **criação de uma solicitação de licença municipal padrão e de um conjunto uniforme de padrões básicos de saúde, segurança e meio ambiente** a serem usados pelos tomadores de decisão locais ao autorizar a infraestrutura de energia limpa.
- 
- Aplica-se a instalações de geração <25 MW, instalações de armazenamento <100 MWh e projetos de transmissão e distribuição que não estejam sob a jurisdição do EFSB.



Engajamento comunitário mais significativo e justo

- Estabelecimento formal do Departamento de Justiça Ambiental e Equidade por estatuto, com mandato específico para desenvolver orientações sobre acordos de benefícios comunitários e análises de impacto cumulativo.
- Primeiros requisitos obrigatórios de engajamento comunitário, incluindo documentação de esforços para envolver organizações comunitárias e demonstração de esforços para desenvolver acordos de benefícios comunitários.
- Nova Divisão de Participação Pública no DPU para auxiliar as comunidades e os requerentes de projetos em questões de engajamento e processo nos procedimentos do DPU e do EFSB.
- Nova Divisão de Implantação e Licenciamento no DOER para auxiliar as comunidades e os requerentes de projetos em questões de engajamento e processo no licenciamento local.
- O apoio financeiro aos intervenientes está disponível para organizações com poucos recursos que desejam participar de um processo do EFSB e recebem o status de interveniente. Municípios com população de 7.500 habitantes ou menos são automaticamente elegíveis para apoio financeiro.



Outras reformas

- A EEA deve estabelecer uma metodologia de adequação do local e orientações para fundamentar os processos de licenciamento estaduais e locais sobre a adequação dos locais para o desenvolvimento de energia limpa e ajudar os empreendedores a evitar, minimizar e mitigar os impactos ambientais.
- Cinco novos cargos no EFSB:
 - Comissário do Departamento de Pesca e Caça;
 - Comissário de Saúde Pública;
 - Representante da Massachusetts Municipal Association;
 - Representante da Massachusetts Association of Regional Planning Agencies; e
 - Representante com experiência em justiça ambiental e/ou soberania indígena.
- Infraestrutura de energia limpa sob jurisdição do EFSB isenta da análise da Lei de Política Ambiental de Massachusetts (MEPA).
- Autoridade legada de implantação do DPU (por exemplo, licenças abrangentes de zoneamento e domínio eminente para transmissão e dutos) transferida para o EFSB.

Funções e responsabilidades

- Há cinco fluxos de trabalho decorrentes do projeto de lei que estão sendo administrados por três agências diferentes: EEA, DPU e DOER
- A maioria deles está inter-relacionada de alguma forma, mas cada um serve a uma finalidade distinta e atende a requisitos legais específicos
- As três agências estão em estreita comunicação umas com as outras
- Outras agências estaduais que desempenham funções significativas de licenciamento de energia também foram consultadas durante o desenvolvimento das propostas





Próximos passos

- Os regulamentos devem ser promulgados até 1º de março de 2026.
- A minuta dos regulamentos será divulgada para comentários públicos provavelmente no final do verão/início do outono.
- Mais informações sobre o processo podem ser encontradas em: www.mass.gov/energypermitting
- Dúvidas podem ser encaminhadas para energypermitting@mass.gov



O que é o Conselho de Implantação de Instalações de Energia?

- Um Conselho independente; criado há aproximadamente 50 anos (era EFSC)
- Composto por nove membros: seis membros *ex officio* e três membros públicos; presidido pelo Secretário de Energia e Assuntos Ambientais.
- A jurisdição do Conselho de Implantação é sobre instalações de energia de grande porte definidas por estatuto:
 - Instalações de geração de energia iguais ou superiores a 100 MW e estruturas auxiliares (esse limite foi reduzido para 25 MW na Lei Climática de 2024)
 - Linhas de transmissão elétrica
 - Para novo corredor: ≥ 69 kV e ≥ 1 milha de extensão
 - Corredor existente: ≥ 115 kV e ≥ 10 milhas de extensão, exceto para recondução ou reconstrução na mesma tensão
 - Gasodutos intraestaduais com pressão superior a 100 psig e extensão superior a uma milha, exceto para reconstrução ou substituição de dutos existentes.
 - Instalações de armazenamento de gás (GNL ou GNC) com mais de 25.000 galões
 - Instalações petrolíferas/oleodutos com mais de 1 milha de extensão; novos tanques de armazenamento com mais de 500.000 barris
- O Conselho de Implantação realiza processos adjudicatórios, emite decisões sobre petições de construção e certidões de impacto ambiental e interesse público para instalações jurisdicionais, além de exercer autoridade de isenção de zoneamento.
- As decisões do Conselho de Implantação podem ser apeladas diretamente ao Supremo Tribunal de Justiça.
- A Divisão de Implantação do Departamento de Serviços Públicos (DPU) atua como equipe do EFSB e da Comissão do DPU



Principais disposições de implantação e licenciamento da Lei Climática de 2024

- Amplia o Conselho de Implantação de nove para onze membros; estabelece um novo mandato, escopo de análise e conclusões necessárias.
- Cria uma nova categoria de infraestrutura: instalações de infraestrutura de energia limpa (CEIF).
- Cria dois programas de Licença Consolidada.
 - Uma Licença Consolidada é uma licença que inclui todas as licenças estaduais, regionais e locais que seriam necessárias para construir e operar uma CEIF. Essa definição exclui determinadas licenças federais.
 - CEIF de grande porte - Licença Consolidada a ser emitida pelo Conselho de Implantação.
 - CEIF de pequeno porte - Licença Local Consolidada a ser emitida pelo município.
- Fornece um prazo para análise da CEIF e aprovação construtiva se os prazos não forem cumpridos.
- Estabelece novos requisitos para os proponentes da CEIF, incluindo:
 - Consulta e engajamento pré-apresentação:
 - Avaliações de Impacto Cumulativo (CIA) (também exigidas para não CEIF).
- Transfere determinadas jurisdições de implantação do Departamento de Serviços Públicos para o Conselho de Implantação, consolidando as responsabilidades de implantação no Conselho de Implantação.



Novos requisitos para o Conselho de Implantação

- Revisa a composição do Conselho de Implantação. G.L. c. 164, § 69H.
 - Acrescenta dois novos cargos *ex officio*: Departamento de Pesca e Caça e Departamento de Saúde Pública (e reduz o Departamento de Serviços Públicos para um cargo).
 - Aumenta os cargos de membros públicos de três para quatro: Mass. Association of Regional Planning Agencies; Mass. Municipal Association; justiça ambiental/soberania indígena; e trabalho (e exclui membros públicos que representam energia e meio ambiente).
- Amplia a jurisdição do Conselho de Implantação. Por exemplo, acrescenta jurisdição sobre sistemas de armazenamento de energia de bateria.
- Cria novas categorias e novas regras para CEIFs.
- Cria um novo processo para que o Conselho de Implantação emita Licenças Consolidadas.



Novos requisitos para o Conselho de Implantação (continuação)

- Define um novo mandato estatutário e escopo de análise para o Conselho de Implantação.
 - Atualmente, o Conselho de Implantação determina se um projeto fornecerá um abastecimento de energia confiável com o mínimo de impacto sobre o meio ambiente e com o menor custo possível.
 - De acordo com a Lei Climática de 2024, ao analisar os projetos propostos, o Conselho de Implantação deve considerar, entre outros fatores, os ônus cumulativos em uma comunidade anfitriã, os impactos na saúde pública e os impactos das mudanças climáticas. A Lei Climática de 2024 também incluiu uma lista de conclusões que o Conselho de Implantação deve fazer em suas decisões sobre os projetos propostos.
- Acrescenta prazos legais para a análise de CEIFs propostas pelo Conselho de Implantação.
 - Se o Conselho de Implantação não emitir uma decisão dentro do prazo exigido (no máximo 15 meses), o projeto será aprovado de forma construtiva e sua licença consolidada será emitida com condições padrão.
- Requisitos adicionais
 - Criação do Painel
 - O Conselho de Implantação se reunir em reuniões públicas híbridas do Conselho de Implantação
 - Solicitação padrão comum



O que é um impacto cumulativo?

- **Impacto cumulativo (ou ônus), conforme descrito na Lei Climática de 2024**

- “impactos e ônus, incluindo, entre outros, qualquer ônus ambiental existente e consequências para a saúde pública que afetam uma área geográfica específica na qual uma instalação, uma instalação de infraestrutura de energia limpa de grande porte ou uma instalação de infraestrutura de energia limpa de pequeno porte é proposta a partir de qualquer operação ou projeto anterior ou atual privado, industrial, comercial, estadual ou municipal” G.L. c. 164, § 69G (conforme St. 2024, c. 239, § 53)
- O Conselho de Implantação deve dar a devida consideração aos “ônus cumulativos sobre as comunidades anfitriãs e os esforços que devem ser feitos para evitar ou minimizar ou, se os impactos não puderem ser evitados ou minimizados, os esforços para mitigar tais ônus. Ao analisar e emitir uma decisão, o conselho também deverá considerar os impactos razoavelmente previsíveis das mudanças climáticas, incluindo emissões adicionais de gases de efeito estufa ou de outros poluentes que sabidamente causam impactos negativos à saúde, a previsão de aumento do nível do mar, inundações e quaisquer outros efeitos adversos desproporcionais em uma área geográfica específica”

G.L. c. 164, § 69H (conforme St. 2024, c. 239, § 60)

- Definição de impacto cumulativo proposta pela equipe da EFSB: “O efeito combinado sobre a saúde pública, o ambiente natural, a resiliência às mudanças climáticas e o ambiente construído em uma área geográfica específica, de projetos e atividades passados e presentes, prováveis projetos futuros e o projeto de energia proposto.”



Seleção de Indicadores

Muitos indicadores candidatos identificados; atualmente avaliando indicadores adicionais

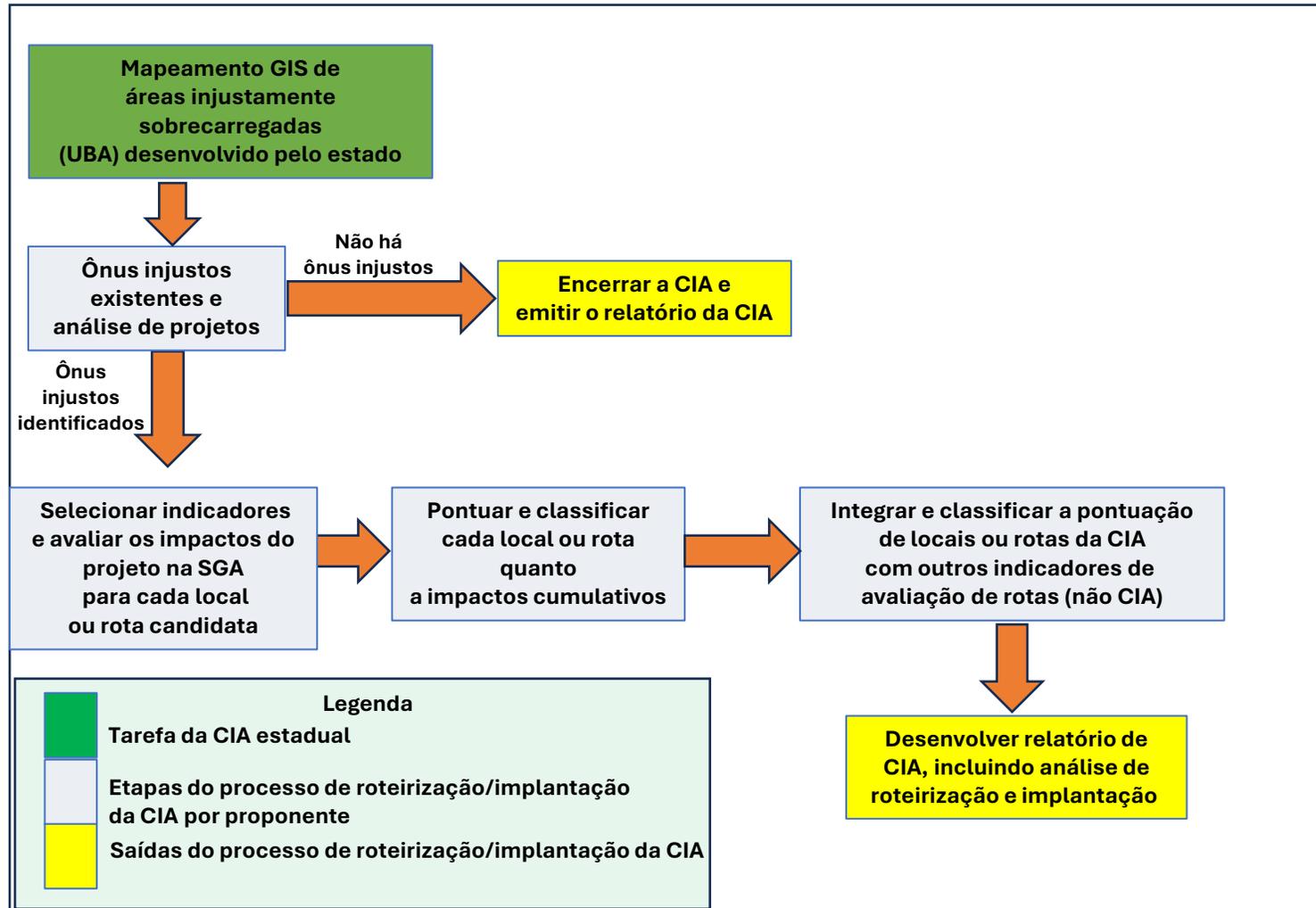
- **Características da População (PC):** indicadores que caracterizam a saúde pública, condições socioeconômicas, populações sensíveis e recursos culturais
- **Ambiente Construído (BE):** aborda as principais fontes de poluição
- **Impactos das Mudanças Climáticas (CC):** aborda inundações, aumento do nível do mar, incêndios florestais, exposição ao calor
- **Ambiente Natural (NE):** aborda a integridade ecológica, a conectividade e a biodiversidade

Categorias de indicadores do EFSB





Visão geral da pontuação da CIA e do fluxograma de relatórios





Próximos passos para a implementação da CIA do EFSB

- Incorporar a orientação inicial de CIA do OEJE e as recomendações dos Critérios de Adequação do Local da EEA
- Aperfeiçoar o modelo conceitual de CIA e a integração com outras medições de impacto
- Receber e incorporar contribuições adicionais das partes interessadas
- Testar o sistema de pontuação com estudos de caso
- Desenvolver o conteúdo necessário do Relatório da CIA para os próximos regulamentos e orientações do EFSB
- Desenvolver regulamentos e documentos de orientação baseados na CIA



Análise de Impacto Cumulativo (CIA)



Visão geral

- Principais conceitos
- Objetivo da orientação
- Como desenvolver uma Análise de Impacto Cumulativo (CIA)
- Princípios
- Recursos
- Perguntas e respostas / discussão



Departamento de Justiça Ambiental e Equidade

- O **Departamento de Justiça Ambiental e Equidade de Massachusetts (Massachusetts Office of Environmental Justice and Equity - OEJE)** é responsável pela implementação dos princípios de justiça ambiental, conforme definido nas Leis Gerais, capítulo 30, seção 62, na operação de cada departamento e agência no âmbito da secretaria executiva. Os princípios de justiça ambiental são:
 1. O envolvimento significativo de todas as pessoas no que diz respeito ao desenvolvimento, implementação e aplicação de leis, regulamentos e políticas ambientais, incluindo políticas de mudanças climáticas; e
 2. A distribuição equitativa dos benefícios e ônus energéticos e ambientais.
- A **Lei Climática de 2024** estabeleceu o OEJE em estatuto, com um mandato específico para desenvolver padrões e diretrizes que regem o uso potencial e a aplicabilidade de planos e acordos de benefícios comunitários e análise de impacto cumulativo.



Principais conceitos

- ✓ **Justiça Ambiental (JA):** A justiça ambiental é a proteção igualitária e o envolvimento significativo de todas as pessoas e comunidades com relação ao desenvolvimento, implementação e aplicação de leis, regulamentos e políticas relativos à energia, mudanças climáticas e meio ambiente, e à distribuição equitativa de benefícios e impactos ambientais e de energia
- ✓ **Indicadores:** Indicadores específicos ou estressores são usados para reunir medidas quantitativas e/ou qualitativas de condições e tendências para avaliar o estado do meio ambiente, da saúde pública, do ambiente socioeconômico, cultural e construído para avaliar o progresso em relação a metas específicas
- ✓ **Transição justa:** Mudança econômica e social para a energia limpa que se concentra na equidade, na justiça ambiental, nos trabalhadores e nas comunidades da linha de frente
- ✓ **Engajamento significativo:** Envolvimento público antecipado, contínuo, acessível e culturalmente competente que possibilite a contribuição da comunidade para embasar a tomada de decisões e as políticas públicas
- ✓ **Área de Ônus Injustos (UBA):** Uma área ou população que é impactada por um ônus ambiental “injusto ou desigual” existente e consequências relacionadas à saúde pública em comparação com a população geral do estado.



O que é uma Análise de Impacto Cumulativo (CIA)?

- A Lei Climática de 2024 exigiu que o OEJE desenvolvesse padrões e diretrizes que regessem a **análise de impacto cumulativo**.
- Uma “**análise de impacto cumulativo**” (cumulative impact analysis - CIA) é um relatório por escrito produzido pelo requerente que avalia os impactos e ônus, incluindo, entre outros, qualquer **ônus ambiental existente** e as **consequências para a saúde pública** que afetam uma área geográfica específica na qual uma instalação, uma instalação de infraestrutura de energia limpa de grande porte ou uma instalação de infraestrutura de energia limpa de pequeno porte é proposta a partir de qualquer operação ou projeto anterior ou atual privado, industrial, comercial, estadual ou municipal; sendo que, se a análise indicar que tal área geográfica está sujeita a um ônus ambiental injusto ou desigual ou consequência relacionada à saúde, a análise deverá identificar qualquer:
 - (i) **impacto ambiental e na saúde pública** do projeto proposto que provavelmente resultaria em um efeito adverso desproporcional em tal área geográfica;
 - (ii) possível impacto ou consequência do projeto proposto que **umentaria ou reduziria os efeitos das mudanças climáticas em tal área geográfica**; e
 - (iii) **ações corretivas potenciais propostas** para tratar de quaisquer impactos adversos desproporcionais ao meio ambiente, à saúde pública e à resiliência climática de tal área geográfica que possam ser atribuídos ao projeto proposto.



Objetivo desta orientação

- O objetivo desta orientação é estabelecer uma **estrutura clara e consistente** para avaliar os efeitos combinados dos ônus de várias fontes, incluindo projetos de infraestrutura de energia em comunidades, especialmente aquelas que já sofrem ônus injustos ou desiguais.
- Descreve os **princípios fundamentais** da recém-exigida CIA e fornece um **roteiro prático** para a integração desses princípios nos processos regulatórios e de tomada de decisão do EFSB
- Promove a justiça ambiental, **mitiga as desigualdades** em áreas injustamente sobrecarregadas e **promove resultados sustentáveis e inclusivos** na tomada de decisões sobre energia e serviços públicos



Como desenvolver uma CIA

- Avaliar os efeitos combinados dos estressores ambientais, dos fatores sociais determinantes da saúde e das desigualdades históricas nas comunidades, garantindo que os projetos de energia não exacerbem as disparidades existentes nem acrescentem novos ônus
- Estabelecer uma metodologia clara para identificar e abordar os impactos cumulativos; o EFSB promulgará regulamentos que se alinham à Lei Climática de 2024, às metas de justiça ambiental, protegem as populações vulneráveis e apoiam os objetivos de energia limpa de Massachusetts
- Destaca a importância do planejamento cuidadoso e do envolvimento da comunidade na promoção do progresso inclusivo
- Principais componentes:
 - ✓ Identificação da linha de base estadual e comunitária para comparação
 - ✓ Indicadores e estressores
 - ✓ Compreensão dos projetos existentes e futuros previsíveis e seus impactos
 - ✓ Limites geográficos e temporais



Identificação da linha de base comunitária para comparação

- Uma etapa fundamental de uma CIA é estabelecer uma linha de base clara das condições ambientais, de saúde e socioeconômicas existentes em uma comunidade e sua relação com uma linha de base estadual
- O Departamento de Justiça Ambiental e Equidade desenvolve uma ferramenta de triagem semelhante ao *CalEnviroScreen* da Califórnia — um recurso padronizado para identificar as condições de base, destacar as comunidades desfavorecidas e apoiar uma avaliação consistente entre os projetos e regiões geográficas
- Essa linha de base permite que as entidades reguladoras e os proponentes do projeto comparem os impactos do projeto proposto com as condições atuais e identifiquem até que ponto um projeto pode exacerbar os ônus existentes ou criar ônus adicionais.
- A ferramenta de mapeamento utiliza o modelo padrão de risco populacional, que é uma fórmula de impacto cumulativo = ônus existente X vulnerabilidade da população
- Ao integrar uma ferramenta de mapeamento como o *CalEnviroScreen* ao processo de análise de impacto cumulativo, os proponentes do projeto terão acesso a uma base confiável e orientada por dados para compreender os ônus existentes para a comunidade, embasando avaliações mais equitativas dos impactos do projeto.



Indicadores e estressores

Muitos indicadores candidatos identificados; atualmente avaliando indicadores adicionais:

- **Ambiente construído:** Pressão ou mudanças na infraestrutura, no uso da terra, na habitação e nos serviços essenciais que apoiam a vida cotidiana e o funcionamento da comunidade
- **Impactos das mudanças climáticas:** Impactos decorrentes de inundações, aumento do nível do mar, tempestades, incêndios florestais, calor/temperaturas extremas e outros impactos relacionados ao clima
- **Ambiente natural:** Impactos e acesso a ecossistemas, recursos naturais e qualidade ambiental geral, conectividade, incluindo mudanças no ar, na água, na terra e na biodiversidade
- **Características da população:** Indicadores que caracterizam as condições de saúde pública (impactos nos resultados de saúde física e mental resultantes de exposições ambientais, disparidades de saúde e acesso a cuidados), socioeconômicas (influências na oportunidade econômica, estabilidade da comunidade e equidade social, especialmente para comunidades desfavorecidas, e reconhece interrupções no patrimônio cultural), populações sensíveis e recursos culturais



Exemplos de possíveis indicadores

Ambiente construído	Mudanças climáticas
<ul style="list-style-type: none">• Instalações com licença para emissões atmosféricas do MassDEP• Locais da M.G.L. c. 21E• Instalações de notificação de uso de substâncias tóxicas de “Nível II”• Estações de tratamento de águas residuais• Proximidade e volume de tráfego por grupo de quarteirões• Aeroportos, portos, pátios ferroviários de carga• Instalações de tratamento, armazenamento e descarte de resíduos perigosos• Locais do MassDEP com AULs• Licenças de descarga de águas subterrâneas do MassDEP• Tanques de armazenamento subterrâneos• Infraestrutura rodoviária e infraestrutura de transporte• Geração e fornecimento de energia• Grande quantidade de usuários de substâncias tóxicas• Estações de transferência (grandes e pequenas)• Linhas de transmissão• Terrenos abandonados	<ul style="list-style-type: none">• Média sazonal de verão da concentração máxima diária de ozônio de 8 horas no ar em partes por bilhão (ppb)• Área dentro da inundação do aumento do nível do mar acima do nível médio mais alto das águas• Área sob zona especial de risco de inundação• Classificação de risco climático• Área com risco moderado a baixo de inundação• Fator de inundação/Risco de inundação• Maré de tempestade• Precipitação diária anual máxima durante a vida útil total do projeto• Área dentro da linha costeira da média de maré alta• Área dentro da probabilidade de excedência de inundação costeira anual de 1%• Fator de calor urbano



Exemplos de possíveis indicadores

Ambiente natural	Características da população
<ul style="list-style-type: none">• Índice de integridade ecológica• Conexões ecológicas• Aumento da área de cobertura impermeável do solo• Mudança na área de águas abertas• Mudança em espaços abertos protegidos• Mudança em espaços abertos recreativos• Diminuição da área de zonas úmidas• Diminuição da área florestal• Habitats prioritários impactados de espécies raras• Áreas impactadas de preocupação ambiental crítica• Área de bacia hidrográfica de abastecimento de água superficial impactada• Área de aquífero de fonte única impactada• Área de recursos de zonas úmidas impactadas• Espaço aberto protegido impactado• Área aberta de recreação impactada• Área dentro do limite da zona de inundação FEMA Q3	<ul style="list-style-type: none">• Níveis de partículas ultrafinas e material particulado (MP) 2,5• Nível de MP do diesel e percentual estadual• Índice de risco de câncer e perigo respiratório de tóxicos do ar• Níveis anuais de dióxido de nitrogênio• Hospitalização por ataque cardíaco• Exposição ao chumbo na infância• Baixo peso ao nascer• Visitas hospitalares de emergência para asma infantil• Asma atual• Baixa expectativa de vida• Doença pulmonar obstrutiva crônica• Renda familiar média• Taxa de desemprego• Pessoas com deficiência• Famílias abaixo da linha da pobreza• Pessoas com escolaridade inferior ao ensino médio



Conscientização sobre o impacto combinado

- Nenhum residente convive apenas com uma questão. Os impactos de diferentes setores geram ônus e benefícios. Ao promover a conscientização sobre como vários fatores de estresse interagem e se agravam ao longo do tempo, o EFSB pode avaliar adequadamente as disparidades, exigir a mitigação apropriada e garantir que suas decisões promovam a justiça ambiental, mitiguem as desigualdades em áreas injustamente sobrecarregadas e protejam as populações vulneráveis
- Cada categoria de estressor deve ser avaliada cumulativamente — ou seja, não apenas com base em um projeto, mas em combinação com ações passadas, presentes e razoavelmente previsíveis em uma determinada área geográfica ou que afetem uma população específica.
- As CIAs fornecem uma estrutura vital para entender como vários fatores de estresse se cruzam para afetar as comunidades, especialmente aquelas que já enfrentam desigualdades sistêmicas, e podem ajudar a contribuir para uma transição justa
- O reconhecimento desses impactos combinados é fundamental para a criação de políticas que equilibrem as metas de desenvolvimento com a equidade e a sustentabilidade
- Embora esta orientação não forneça uma lista completa de indicadores, a seleção deve se basear em pesquisas baseadas em evidências, dados localmente relevantes e contribuições da comunidade. Deve-se enfatizar os fatores de estresse que têm um efeito composto conhecido ou provável quando combinados com novos impactos do projeto



Compreensão dos projetos existentes e futuros previsíveis

- As CIAs devem levar em conta não apenas o projeto proposto, mas também os impactos de outros empreendimentos existentes ou planejados na área
- A avaliação de projetos futuros razoavelmente previsíveis ajuda a identificar possíveis impactos compostos e a evitar pontos cegos nas avaliações de projetos
- Garante que os efeitos combinados de vários empreendimentos, tanto atuais quanto planejados, sejam avaliados minuciosamente para identificar possíveis fatores de estresse e desigualdades.
- Ao avaliar as possíveis interações e os fatores de estresse cumulativos resultantes de vários projetos, o EFSB pode mitigar os resultados adversos, promover soluções equitativas e alinhar o planejamento da infraestrutura aos princípios de justiça ambiental



Limites geográficos e temporais

- Estabelecer limites geográficos e temporais claros é um componente fundamental da análise de impacto cumulativo
- Os limites ajudam a definir o escopo da análise, garantindo que as avaliações capturem adequadamente a extensão espacial e o período de tempo dos impactos ambientais, sociais e na saúde pública
- Os limites geográficos permitem que o EFSB se concentre em comunidades específicas afetadas por projetos existentes ou propostos, enquanto os limites temporais levam em conta os impactos históricos, atuais e futuros razoavelmente previsíveis ao longo do tempo



Princípios

Os princípios básicos que servem como diretrizes para a elaboração da política de análise de impacto cumulativo do EFSB incluem:

- 1 Aplicável a infraestruturas de energia novas e modificadas
- 2 Envolver a comunidade desde o início e com frequência no processo
- 3 Ferramentas e métodos para avaliar impactos cumulativos
- 4 Processo de análise de impacto cumulativo
- 5 Relatório de análise de impacto cumulativo



Processo de análise de impacto cumulativo

1ª etapa: Reunir dados de linha de base

2ª etapa: Em consulta com as comunidades, identificar os possíveis impactos do projeto proposto

3ª etapa: Avaliar a significância dos impactos

4ª etapa: Pontuar e classificar cada local ou rota quanto aos impactos cumulativos

5ª etapa: Avaliar estratégias de mitigação e gestão

6ª etapa: Compartilhar o relatório preliminar para feedback e finalizar (desenvolver o relatório preliminar e atualizá-lo durante o processo de implantação e licenciamento do EFSB)

Os proponentes do projeto devem se envolver em uma colaboração significativa e consistente com organizações comunitárias, representantes municipais e residentes mais impactados.



Planos de Benefícios Comunitários (CBP) na implantação de infraestrutura de energia



O que é um Plano de Benefícios Comunitários?

Um Plano de Benefícios Comunitários descreve os **compromissos** assumidos pelos desenvolvedores de projetos para oferecer benefícios significativos e mensuráveis às comunidades, principalmente àquelas que são historicamente desfavorecidas, sobrecarregadas e carentes.

Os benefícios comunitários são os **resultados tangíveis e duradouros** que um projeto proporciona em resposta às prioridades, necessidades e preocupações das comunidades que ele impacta.



CBP vs. CBA

Plano de Benefícios Comunitários (CBP)

- Plano **não aplicável legalmente** criado por um desenvolvedor de projeto, em consulta com a comunidade afetada
- Resumo de **engajamento comunitário**
- Descrever o **compromisso** de um desenvolvedor com as necessidades da comunidade (por exemplo, moradia acessível, criação de empregos, mais acesso a espaços verdes etc.)
- **Iniciar o desenvolvimento** durante o **processo pré-apresentação de solicitação** do Conselho de Implantação de Instalações de Energia (EFSB) ou da licença municipal consolidada

Acordo de Benefícios Comunitários (CBA)

- Acordos **juridicamente vinculantes** negociados entre municípios ou organizações comunitárias e desenvolvedores.
- Descrever os **benefícios específicos** que o desenvolvedor oferecerá à comunidade
- **Executável judicialmente**, o que dá às comunidades uma garantia maior de que o desenvolvedor cumprirá seus compromissos
- **Um CBA pode ser o resultado de um CBP**



Por que os CBPs são importantes

- Historicamente, as comunidades desfavorecidas têm arcado com o ônus da infraestrutura de energia baseada em combustíveis fósseis e da poluição relacionada, além de não terem acesso aos benefícios.
- **Os CBPs reformulam o desenvolvimento de projetos de energia limpa para:**
 1. Centralizar as vozes da comunidade
 2. Reduzir danos e deslocamentos
 3. Desenvolver riqueza e capacidade locais
 4. Reduzir riscos legais, políticos e comunitários para os desenvolvedores



Processo de engajamento comunitário - princípios fundamentais

- ✓ **Começar cedo:** As comunidades devem se envolver desde o início do processo de desenvolvimento do projeto — antes que as decisões sejam finalizadas — para moldar resultados significativos.
- ✓ **Garantir a inclusão:** As comunidades desfavorecidas impactadas e as historicamente marginalizadas devem ser priorizadas. A participação deve ser acessível e equitativa.
- ✓ **Criar confiança por meio da transparência:** A comunicação aberta e sincera sobre as metas, os riscos, os benefícios e as limitações do projeto promove a confiança e a credibilidade entre as comunidades e os proponentes do projeto.
- ✓ **Respeitar a relevância cultural:** Os esforços de engajamento devem refletir e respeitar o idioma, os valores, a história e os estilos de comunicação da comunidade para serem significativos e acessíveis.
- ✓ **Fazer com que o engajamento seja contínuo:** O engajamento não é uma mera opção — é um diálogo contínuo, iterativo e bidirecional durante todo o desenvolvimento, implantação e licenciamento do projeto.
- ✓ **Incorporar a responsabilidade:** Criar mecanismos para acompanhar o progresso, honrar compromissos e capacitar a supervisão da comunidade.



Passo a passo: como desenvolver um CBP sólido

Embora cada comunidade seja diferente e possa exigir necessidades diferentes, essa estrutura garante uma abordagem consistente de transparência, inclusão e responsabilidade. Cada etapa deve ser flexível o suficiente para se adaptar ao contexto local e rigorosa o suficiente para garantir que o processo resulte em benefícios reais e mensuráveis para a comunidade.

- 1 Mapeamento das partes interessadas e identificação da comunidade**
- 2 Desenvolver um Plano de Engajamento Comunitário**
- 3 Realizar comunicação comunitária pré-apresentação de solicitação**
- 4 Criar compromissos de benefícios em conjunto**
- 5 Desenvolver um CBP público e por escrito**
- 6 Formalizar a responsabilidade**



Transformando compromissos em ações

Um CBP bem estruturado deve:

- Descrever claramente cada benefício proposto, incluindo o que está sendo entregue e a quem se destina.
- Fornecer um cronograma claro para a entrega, alinhado com as fases do projeto (ou seja, pré-construção, construção, operações).
- Identificar as partes responsáveis pela implementação.
- Descrever as fontes de financiamento e o orçamento para cada benefício, proporcionando transparência sobre como os recursos são alocados e sustentados.
- Incluir marcos **SMARTIE** para cada compromisso, garantindo que as metas sejam:
Específicas // Mensuráveis // Atingíveis // Relevantes // Temporais // Inclusivas // Equitativas



Exemplos de compromissos eficazes e significativos

Esses exemplos refletem prioridades comuns, como justiça ambiental, desenvolvimento econômico, infraestrutura, sustentabilidade e proteção ambiental. Os compromissos assumidos dependerão do tipo e tamanho do projeto, dos impactos na comunidade e serão adaptados ao contexto das metas e desafios de cada comunidade.

Justiça Ambiental e equidade	Desenvolvimento econômico e força de trabalho
<ul style="list-style-type: none">• Um plano de contratação local com metas claramente definidas para participação das populações de justiça ambiental.• Recursos para a instalação de monitores de qualidade do ar e um programa de monitoramento da saúde ambiental liderado pela comunidade.• Um Conselho Consultivo Comunitário, incluindo representantes trabalhistas, tribais e de justiça ambiental.	<ul style="list-style-type: none">• Acordos Trabalhistas de Projeto (PLAs)• Investimentos no desenvolvimento da força de trabalho, incluindo serviços de suporte essenciais.• Programas de treinamento e estágio.• Investimentos em moradias populares.



Exemplos de compromissos eficazes e significativos (cont.)

Infraestrutura e apoio comunitário

- Investimento em melhorias de transporte e acesso (por exemplo, faixas e pontos de ônibus, infraestrutura de transporte público, melhorias nas estradas, rotas de acesso público).
- Desenvolvimento com a comunidade de infraestrutura comunitária (por exemplo, expansão de banda larga, microrredes de propriedade da comunidade, carregamento público de veículos elétricos, veículos elétricos compartilhados).
- Investimento em espaços públicos abertos e verdes.
- Investimento em centros e parques comunitários, organizações comunitárias locais, serviços de saúde mental e abuso de substâncias etc.

Proteções ambientais e de saúde pública

- Apoio a programas de eficiência energética de longo prazo, como a modernização de edifícios para atender a padrões mais altos de desempenho energético, a instalação de painéis solares ou o apoio a cooperativas comunitárias de energia renovável.
- Integração da proteção da vida selvagem e do habitat ao plano de desenvolvimento, como a criação de corredores de vida selvagem, a preservação de zonas úmidas ou o plantio de vegetação nativa para restaurar ecossistemas naturais.
- Sistemas de monitoramento de impactos ambientais, incluindo a qualidade do ar, da água e do solo.
- Designação de um responsável pela conformidade ambiental do projeto.

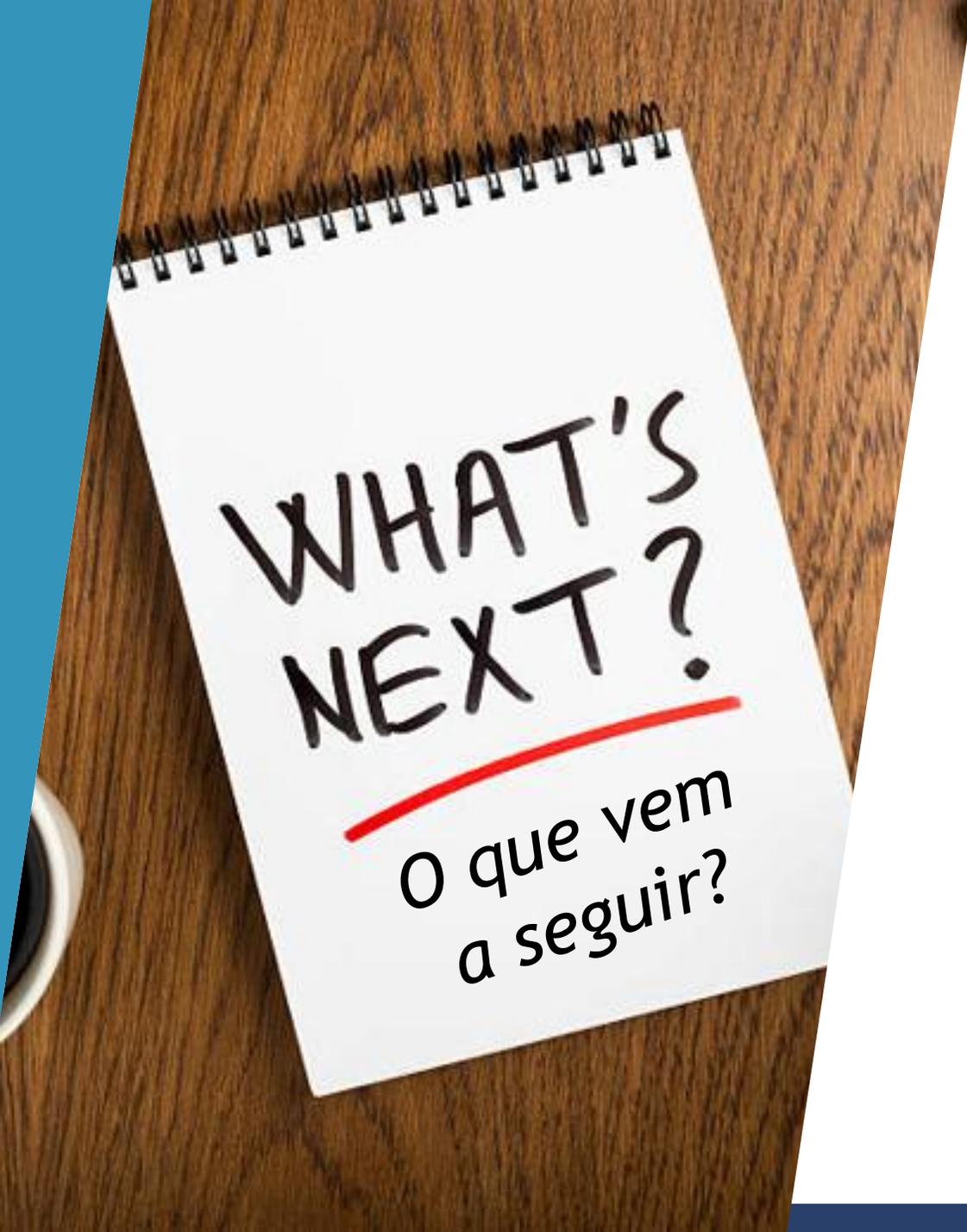


Supervisão e responsabilidade

- O CBP tem a mesma importância que os sistemas existentes de monitoramento e avaliação de sua implementação. Para manter a confiança do público e garantir o cumprimento, os planos do CBP devem incluir compromissos com relatórios regulares e transparentes e comunicação aberta com a comunidade.
- Os proponentes devem estabelecer mecanismos claros de responsabilidade que podem incluir:
 - um cronograma de monitoramento e geração de relatórios, alinhado com os marcos do projeto
 - ponto(s) de contato designado(s) para membros da comunidade e órgãos reguladores
 - relatórios de progresso voltados para o público, publicados pelo menos trimestralmente e disponibilizados em vários idiomas e formatos acessíveis; ou
 - oportunidades para que a comunidade analise o progresso — por meio de comitês consultivos, sessões de discussão ou outros fóruns
- **Os proponentes são incentivados a dar o próximo passo, celebrando Acordos de Benefícios Comunitários (CBAs) com organizações comunitárias, municípios ou coalizões que reflitam os interesses e as necessidades dos residentes impactados.** Esses acordos podem ajudar a solidificar as expectativas, esclarecer as funções e fornecer uma estrutura legal ou contratual para cumprimento.

Comentários e perguntas do público

Limite cada comentário a dois minutos para dar tempo para que os outros falem



WHAT'S
NEXT?

O que vem
a seguir?

Próximos passos e adiamento

Informações sobre o EJC e suas reuniões podem ser encontradas em

<https://www.mass.gov/orgs/environmental-justice-council-ejc>